



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010775-86.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisórias - Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso o à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação**
 Requerente: **Ricardo Pereira de Moura**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

RICARDO PEREIRA MOURA ajuizou esta ação de obrigação de fazer cumulada com internação compulsória e pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra **ANA CAROLINA FOGANHOLI** e a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Aduziu, em síntese, que sua companheira é dependente de substâncias psicoativas, possui comportamento transtornado, sofrendo com crises de confusão mental e alucinações auditivas e, em razão da gravidade de seu estado, teve indicada a internação compulsória, por psiquiatra do próprio CAPS.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 11/12.

Contestação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo às fls. 36/41, alegando, em síntese, falta de interesse de agir, pois a pretensão da parte autora poderia ter sido resolvida administrativamente, uma vez que nunca houve a recusa do Estado em realizar a internação psiquiátrica pretendida. No mérito, discorreu sobre a política pública de saúde mental, sustentando a adequação dos serviços oferecidos no tratamento dos drogaditos. Requer a extinção do feito sem resolução do mérito ou a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 62/63.

Relatórios de acompanhamento às fls. 54 e 72.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

caracterizada a hipótese do artigo 355, I, do Código de Processo Civil de 2015.

Inicialmente, afasto a preliminar de falta de interesse de agir arguida pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pois é certo que “*o interesse processual se consubstancia na necessidade de o autor vir a juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar*”¹.

No caso dos autos, a parte autora recorreu ao Poder Judiciário para ver efetivado o direito à saúde, por meio de tratamento adequado de sua companheira. Como não há na região clínica conveniada com o SUS que realize o tratamento de que ela necessita, esta ação é o único meio disponível para que possa ver concretizado esse direito.

Não bastasse isso, do art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República se extrai, com clareza, a possibilidade de acesso ao judiciário independentemente de eventuais medidas administrativas.

Quanto ao mérito, ressalta-se que a indicação para a internação compulsória vem confirmada pelos relatórios existentes nos autos, tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual “*a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*”.

Desta forma, é obrigatório o acolhimento do pedido inicial, com a manutenção da internação da requerida Ana Carolina Foganholi, como forma de preservar seu direito à saúde, bem como a saúde e segurança de seus familiares e daqueles que a cercam.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para determinar a **MANUTENÇÃO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA** da requerida Ana Carolina Foganholi, salvo se já tiver recebido alta médica, devendo a parte autora participar de grupos de apoio, para que possa recepciona-lo adequadamente, quando de seu retorno.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça firmado entendimento no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não

¹ Nery Junior, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 10. ed. Ed. Revista dos Tribunais, 2007, pág. 167.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora, sendo condenada a Fazenda Pública, entendimento este consolidado através da Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

O requerido é isento de custas, na forma da lei.

P. I.

São Carlos, 14 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**